



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10154 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT16 - Educação e Comunicação

Interculturalidade crítica e ética hacker: apropriações possíveis pelo campo da educação

Isabel Colucci Coelho - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Andrea Brandao Lapa - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Interculturalidade crítica e ética hacker: apropriações possíveis pelo campo da educação

Resumo:

Esse trabalho apresenta as contribuições da pedagogia intercultural crítica e da pedagogia hacker para formação de sujeitos no contexto da cultura digital. As reflexões compartilhadas nesse artigo são resultado de um projeto de pesquisa (OMITIDO), de educação em direitos humanos pela perspectiva hacker, realizado entre os anos de 2018 e 2021 em escolas de Florianópolis-SC e Salvador-BA. Apresenta a análise e descrição do debate no campo de conhecimento sobre a educação hacker e a pedagogia intercultural. A hipótese defendida é de que o entrelaçamento destes campos é um caminho para promover formação crítica de sujeitos na cultura digital, por meio da educação em direitos humanos em diálogo com as tecnologias de informação e comunicação. Como resultados, apresenta as janelas de oportunidade vislumbradas, tais como: a problematização sobre a disputa por atenção e a criação de narrativas nas redes sociais; as consequências da falta de diversidade no desenvolvimento de tecnologias usadas amplamente no Brasil e no mundo; o papel dos algoritmos para a disseminação preferencial do discurso de ódio e de estímulo à violência.

Palavras-chave: educação intercultural; interculturalidade crítica; mídia-educação; educação com tecnologias

Introdução

A formação plena da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania – previstas no artigo 205 da Constituição Federal – conferem à educação uma magnitude especial entre as atividades humanas. A educação, nessa perspectiva, busca propiciar que os sujeitos exerçam o que o renomado educador brasileiro Paulo Freire (1987) chamou de vocação antológica de ser um sujeito criativo: consciente de si mesmo e que interage com o mundo e com os outros. Mas, essa concepção ampliada de educação traz em si uma alargada gama de desafios e complexidades.

Entre os diversos aspectos que compõem a reflexão sobre a educação, os processos de comunicação, fundamentalmente alterados a partir das tecnologias digitais, e os desafios

colocados para o estabelecimento de uma cultura de respeito aos direitos humanos parecem ter ganhado relevância atualmente. A expressão e a efetivação organizada da intolerância, aliadas às possibilidades de disseminação de ideias a partir da internet, têm levantado questionamentos sobre a influência do atual modelo comunicativo em um possível retorno do exercício do autoritarismo, como corrente política e ideológica.

Muitos esforços vêm sendo realizados no campo da educação para a integração crítica das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) à educação, de forma que já é um pressuposto amplamente aceito a importância de aprendizado sobre os processos comunicativos para a compreensão crítica da sociedade.

Nesse trabalho, refletimos sobre duas abordagens pedagógicas que, entendemos, podem contribuir com a construção, em constante movimento, de uma educação para a formação plena dos sujeitos na contemporaneidade: a pedagogia intercultural crítica e a pedagogia hacker. Defendemos um entrelaçamento possível vislumbrado entre essas duas perspectivas para a educação para o exercício da cidadania na cultura digital. As reflexões aqui apresentadas são fundamentadas em uma experiência desenvolvida junto a um projeto de pesquisa, realizado com financiamento no CNPq, entre os anos de 2018 e 2021 (omitido para avaliação cega), nas cidades de Florianópolis (SC) e Salvador (BA) e desenvolvidas em tese de doutoramento (OMITIDO, 2020).

As pedagogias intercultural crítica e hacker

Em texto que é referência para o campo da mídia-educação, Kellner e Share (2008) defendem que a leitura crítica das mídias na contemporaneidade deve abarcar a capacidade de analisar relações entre os meios de comunicação e as audiências, a informação e poder, e, também, a abordagem de questões de gênero, raça, classe e poder nesse processo. Os autores propõem a perspectiva da democracia radical para a mídia-educação, em uma formulação que tem como princípios basilares (i) que é preciso conhecer os códigos que operam sobre um determinado sistema para o posicionamento crítico e a interação criativa com ele; e (ii) que a educação deve atuar sobre o aprendizado no sentido de dar poder aos alunos para usar e transformar o conhecimento com vistas à justiça social.

A partir desse entendimento, ampliamos nossas reflexões sobre as possibilidades de promover a perspectiva de educação sustentada pelos autores nas formulações sobre a pedagogia intercultural crítica e a pedagogia hacker.

A perspectiva intercultural crítica é uma das abordagens pedagógicas que lastreiam o campo da educação em direitos humanos. Benevides (2007) enfatiza que a educação em direitos humanos visa ao estabelecimento de uma cultura de respeito à dignidade humana. O campo da educação em direitos humanos também discute o que os especialistas chamam de *perigo do fundamento único* de dignidade humana. Como defende o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2013, p.25):

O que conta como violação dos direitos humanos é definido pelas declarações universais, instituições multilaterais (tribunais e comissões) e organizações não governamentais (predominantemente baseadas no Norte); [...] o respeito pelos direitos humanos é muito mais problemático no Sul Global do que no Norte Global.

Ou seja, tal como existe hoje, a efetivação das discussões oficiais sobre os direitos humanos acontece em uma esfera formuladora que, muitas vezes, não é composta ou se articula com uma outra esfera, a quem esses direitos são negados. É nesse sentido que a perspectiva intercultural de direitos humanos ganha relevância. Trata-se de uma abordagem

“de baixo para cima”, que parte justamente da formulação dos sujeitos que tem seus direitos fundamentais violados.

No campo da educação, encontramos no trabalho da professora Catherine Walsh (2007) a proposta de uma *pedagogia intercultural crítica*, que defende um projeto de transformação social, política, epistêmica e humana fundamentado no diálogo com os movimentos sociais latino-americanos e seus intelectuais.

A pedagogia hacker, por sua vez, é uma perspectiva que abarca afetividades, ativismos, ideais e técnicas no processo educativo (MENEZES, 2018). A partir de uma pesquisa bibliográfica, Aguado e Canovas (2019) sistematizam 15 princípios para uma educação concebida com a ética hacker. São eles:

1. Fazer por paixão;
2. Ter a liberdade como algo fundamental;
3. Respeito e estímulo à diversidade;
4. Cuidado com os outros;
5. Acesso total aos meios;
6. Compartilhamento das ações, informações e decisões, de forma a tornar o processo democrático e participativo;
7. Estímulo à ação e iniciativa;
8. Não punição do erro e reconhecimento de sua importância singular no processo de aprendizado.
9. Estímulo à criatividade;
10. Favorecimento da curiosidade;
11. Ser uma educação ativista, a partir do entendimento de que a educação deve ser contextualizada e que as preocupações em relação aos problemas que afetam a si e aos outros devem extrapolar a indignação passiva;
12. Estímulo à cópia, reutilização e remix;
13. Compreender que todos, alunos, professores e comunidade, são produtores de cultura e que as hierarquias de poder devem ser alvo de constante questionamento;
14. A integração entre escola e sociedade.
15. Compreender a política como algo não partidário; um processo pelo qual as pessoas constroem consenso através de um diálogo plural e centrado na preocupação com o coletivo.

Face às ponderações aqui apresentadas, percebemos que um outro tipo de educação é possível, a partir de uma pedagogia fundamentada em epistemologias construídas com os movimentos sociais e atenta ao papel exercido pelas tecnologias de informação e comunicação na configuração das estruturas do poder.

As oportunidades vislumbradas

O atual espaço público atual é híbrido, o que significa dizer que não é mais possível falar em vida “real” e vida digital, ou virtual. Sobre essa realidade, nos interessa aquilo que incide nas possibilidades para uma formação plena. Assim, percebemos que o entrelaçamento entre uma pedagogia que visa à transformação social pela perspectiva intercultural entrelaçada a uma outra, (que se assenta sobre premissas como a compreensão crítica dos meios e tecnologias de comunicação (bem como o estímulo à autoria, à criação coletiva), pode propiciar práticas e uma gama de questões a serem problematizadas que vão ao encontro de uma formação crítica sobre a contemporaneidade.

Uma primeira questão a ser considerada, nesse debate, é a exclusão digital. Não apenas pelo aspecto dos que não têm acesso à internet, mas também em relação a sua produção. Apenas 10% dos países são considerados como público-alvo no desenvolvimento de aplicativos, o que significa dizer que os demais apenas usam soluções que não foram criadas para a sua realidade. Além disso, 75% dos desenvolvedores da internet são homens, de acordo com dados da ONU Mulheres.

As autoras Tynes e Noble (2016) são certas ao formular uma pergunta surge da ponderação sobre esses dados: Como as relações de poder se organizam com as tecnologias digitais de comunicação? Elas propõem interrogar noções naturalizadas de imparcialidade dos softwares e hardwares – o que impõe expor que uma lente pretensamente neutra para se observar a internet é formulada a partir de uma epistemologia masculina e, principalmente, branca.

Um exemplo que demonstra a arbitrariedade da lógica de programação de ferramentas cotidianamente utilizadas na internet são os mecanismos de busca. As autoras explicam que, como eles exibem prioritariamente os conteúdos mais acessados e a maioria dos usuários da internet no mundo são homens brancos, os resultados de pesquisas feitas por usuários de qualquer gênero e etnia terão um viés masculino e caucasiano.

O trabalho das autoras corresponde a uma demanda do campo dos estudos críticos sobre relações raciais e tecnologia. Para nós, do campo da educação, traz um importante chamado à observação consciente da não neutralidade do ambiente da web.

Há também agravantes do modelo de publicidade que orienta o desenvolvimento das plataformas mais populares na internet. Como avalia Evangelista (2016), os filtros dos algoritmos das redes proprietárias privilegiam conteúdos com finalidade comercial. Além disso, Córdova (2019) identificou que conteúdos extremistas e de apologia à violência podem ser mais difundidos pelos algoritmos, em razão de gerarem engajamento do público.

Destacamos que, em nossa compreensão, tratar dessas questões atualmente é um requisito à formação para o exercício pleno da cidadania. Entendemos que a alternativa está na inclusão das reivindicações grupos que lutam pela humanização de seu segmento social, a partir da compreensão e legitimação de suas singularidades.

Diariamente, representantes dos grupos políticos minoritários se manifestam na internet e constroem um arcabouço que, entendemos, fazem com que as TIC possam ser uma importante aliada nos processos de educação intercultural em direitos humanos. Ao incluirmos o diálogo intercultural promovido por esses grupos em suas redes, nos aproximamos da contribuição epistemológica erguida pelos movimentos sociais (GOMES, 2017), ou seja: os movimentos, enquanto expõem suas causas, constroem os saberes e valores que devem alicerçar a educação em direitos humanos aqui pretendida – plural e emergente.

A autora chama a atenção também para o papel desempenhado na tradução intercultural (SANTOS, 1997) desse movimento, por meio de palestras, publicações, minicursos, projetos

de extensão, revistas, livros, sites, canais no YouTube, blogs, páginas no Facebook, etc.

Assim, encontramos junto a esses movimentos uma forma de aproximação da formação em direitos humanos que abrange tanto conteúdo quanto prática, uma vez que, além do conhecimento disseminado pelos movimentos sociais, há um aprendizado sobre forma com que os movimentos conduzem o diálogo que revela questões estruturais da sociedade, educa (e conseqüentemente transforma) enquanto reivindica suas pautas. Ou seja: vislumbramos na atuação desses movimentos na internet um exemplo do que Boaventura Santos (1997) chama de *diálogo intercultural*, e entendemos que os saberes construídos por essa prática nos aproximam da concepção de educação aqui desejada.

Considerações finais

Buscamos aqui apresentar o debate do campo e possíveis contribuições das pedagogias intercultural e hacker para a educação. Na contemporaneidade, faz-se necessário entender as redes sociais como um dos principais espaços de socialização e relação com o mundo. Além disso, o discurso de ódio nas redes traz assuntos assentados na base da sociedade para a superfície e faz com que não possam mais ser evitados (FARIS et al, 2016), de forma que pode ser um importante direcionamento de trabalho para o campo da educação.

Assim, compreendemos que com a pedagogia hacker (pautada pelo estímulo à criticidade e à colaboração para a compreensão crítica das tecnologias, em sua vinculação com estruturas de poder) e a pedagogia intercultural (orientada pelo saber construído pelo movimentos sociais em suas lutas por emancipação), encontramos uma possibilidade fértil de abarcar uma formação crítica estruturas de poder e a reprodução de desigualdades no contexto da cultura digital.

Referências

- AGUADO, A; CANOVAS, I. Educación hacker: una expresión emergente de la pedagogía crítica para la sociedad en red. **Revista Teias**, [S.l.], v. 20, p. 167-183, nov. 2019.
- BENEVIDES, M. Educação em Direitos Humanos: Do que se trata? In: Programa Ética e Cidadania, 2007.
- CÓRDOVA, Y. Como o YouTube se tornou um celeiro da nova direita radical. The Intercept Brasil. 10 jan 2019. <https://theintercept.com/2019/01/09/youtube-direita/>
- FARIS, R et al. Understanding Harmful Speech Online. Berkman Klein Center Research Publication n. 2016-21, 2016.
- FREIRE, P . Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, N. L. O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Vozes, 2017.
- KELLNER, D; SHARE, J. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. Educação e Sociedade, Campinas , v. 29, n. 104, 2008
- MENEZES, K. P2H: Pirâmide da Pedagogia Hacker: [vivências do (in)possível]. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.
- NOBLE, S. Algorithms of Oppression: How search engines reinforce racism. Nova York: NYU Press, 2018.

SANTOS, B. Se Deus fosse um ativista de direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova: revista de cultura e política, n. 39, pp. 105-124, 1997.

WALSH, C. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.